

# A CIDADE, O COMÉRCIO E UM PORTO: ENDEREÇOS NÃO RESIDENCIAIS EM VITÓRIA A PARTIR DE GEORREFERENCIAMENTO HISTÓRICO (1920-1940)

FLAVIA BOTECHIA<sup>1</sup>  
RUBIA DALVI ATAÍDE<sup>2</sup>

flavia.botechia@ufes.br  
rubiadalvi@gmail.com

## RESUMO ABSTRACT

Esta pesquisa tem como objetivo elaborar um banco de dados histórico acerca de usos e atividades, especialmente de perfil não residencial em Vitória (Espírito Santo, Brasil), como variáveis de compreensão e análise das formas urbanas. Os usos não residenciais estão relacionados, historicamente, à formação dos núcleos urbanos compreendendo uma diversidade de escalas e categorias. Tal conexão inquestionável pelo vasto arcabouço teórico publicado leva, por consequência, ao reconhecimento de que há uma conexão entre os usos comercial/serviços e a forma urbana. Em se tratando de metodologia adotada alguns recortes foram importantes. Primeiro destaca-se tratar de estudo acerca do perfil de comércio tradicional, ou de rua, justificado pela predominância histórico-temporal. Um recorte necessário diz respeito ao território e a cronologia: entende-se pelo limite do bairro centro da cidade de Vitória, nas décadas que compreendem a primeira metade do século XX, época de auge da região como referência de centralidade no contexto local. Dos diversos usos catalogados – à exemplo de comércio de roupas e acessórios, perfumes, brinquedos, remédios, tecidos, discos, dentre outros – pretende-se dar enfoque, neste artigo, aos endereços não residenciais que podem indicar relações entre a cidade e a presença do porto marítimo de incontestável longevidade e importância histórica.

**Palavras-chave:** Revista, geoprocessamento, cartografia histórica, forma urbana.

**One city, the market and a port: zon-residential addresses in Vitória from historical georeferencing (1920-1940)**

*This research aims to develop a historical database about uses and activities, especially with a non-residential profile in Vitória (Espírito Santo, Brazil), as variables for understanding and analyzing urban forms. Non-residential uses are historically related to the formation of urban centers comprising a diversity of scales and categories. Such an unquestionable connection by the vast theoretical framework published leads, consequently, to the recognition that there is a connection between commercial uses/services and urban form. In terms of the adopted methodology, some cuts were important. First, it is worth mentioning that it is a study about the profile of traditional or street commerce, justified by the historical-temporal predominance. A necessary cut concerns the territory and the chronology: it is understood by the limit of the downtown neighborhood of Vitória, in the decades that comprise the first half of the 20th century, the height of the region as a reference of centrality in the local context. Of the various uses cataloged – such as the sale of clothes and accessories, perfumes, toys, medicines, fabrics, records, among others – this article intends to focus on non-residential addresses that may indicate relations between the city and the presence of the sea port of undeniable historical importance.*

**Keywords:** magazine, urban morphology, historical cartography, historical geoprocessing.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo - UFES.

<sup>2</sup> Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Bolsista PIBIC/UFES (2021-2022).

### **AO COMPARAR TEMPOS HISTÓRICOS DE UMA**

mesma cidade é possível identificar mudanças e permanências em relação a diferentes tipos de elementos urbanos, usos, processos (sejam de natureza pública ou privada), atores e escalas.

No que tange o estudo dos usos do solo, e a partir das leituras de Munford (1998), Vargas (2012) e Rodrigues (2012), compreende-se a existência sincrônica de uma diversidade de escalas de usos não residenciais tais como lojas de rua, centros comerciais, shopping centers. Mas numa perspectiva diacrônica, quando se aborda as atividades comerciais nas áreas centrais, ao longo de todo século XX, a que objeto/categoria exatamente está se aludindo?

Acredita-se ser possível sair das generalidades e identificar especificidades. Em se tratando de uma cidade com uma estrutura portuária ativa e longeva desde o período colonial, qual categoria ou perfil comercial foi criado ou fomentado pela presença do porto?

Entende-se, por hipótese, que um estudo morfológico pode preencher lacunas do entendimento das relações entre transformações físicas e de usos ao longo do tempo. Para tal detalhamento do uso não residencial, numa perspectiva histórica, um fator chave é o endereço. Ocorre que na observação preliminar das propagandas publicadas na *Revista Vida Capichaba* há diversos anúncios que expõem dados relacionados à localização de usos comerciais e de serviços. Refere-se à revista de maior circulação no Estado do Espírito Santo, entre as décadas de 1920 e 1950, cujo conteúdo abarca temas tão distintos quanto complementares: política, saúde, literatura, moda, vida social. Ao longo de sua existência esta publicação totalizou aproximadamente 700 números, acervo este que se encontra digitalizado (em parte) e custodiado pela Hemeroteca Digital do Arquivo Nacional do Brasil.

Trata-se, portanto, de um conteúdo que inclui diversos anúncios publicitários alguns deles com indicação de rua, número, tipo de atividade, telefone, dentre outras informações. Em que pesem especificidades mais ou menos detalhadas, os dados constantes e passíveis de identificação são suficientes para elaboração de um banco de dados sobre endereços não residenciais.

A partir da localização deste documento, o trabalho de pesquisa que vem sendo desenvolvido junto a alunos de graduação em Arquitetura e Urbanismo (PIBIC-UFES 2021-2022) foi de analisar, estudar e catalogar os usos não-residenciais no centro de Vitória (Espírito Santo, Brasil), levando em conta protocolos de tratativa com documentação histórica e utilização das tecnologias digitais. Definiu-se pelo recorte temporal entre as décadas de 1920 e 1940 em função de entrecruzamento de dados que se pretende elaborar a partir da consulta aos documentos iconográficos (propagandas), conjunto documental cartográfico, datado de 1917, e documentos textuais.

Este artigo é composto por três partes. Na primeira, explicitam-se as leituras desenvolvidas e o referencial teórico selecionado no que diz respeito às áreas: morfologia urbana, história urbana e tecnologias digitais. Na segunda parte registra-se o protocolo metodológico adotado e em seguida apresentam-se resultados obtidos e discussões que seguem em aberto.

## EMBASAMENTO TEÓRICO

Para dar suporte a esta pesquisa foram selecionados conjuntos de autores de campos teóricos interrelacionados. O primeiro conjunto refere-se à temática das relações intrínsecas e históricas entre usos não residenciais e cidades, e o segundo às bases teóricas da morfologia urbana incluída a questão das Humanidades. Destes conjuntos destacam-se autores como Conzen (1960), Moudon (1997), Vargas (2012), Costa (2007), Sampaio e Mattos (2020), e Rodrigues (2012), dentre outros.

Moudon (1997) identifica três princípios para o estudo morfológico, quais sejam, a forma, a resolução e o tempo. A forma urbana se constitui por meio dos elementos primários – edifícios, lotes e ruas. A resolução refere-se aos diferentes níveis de aproximação aos elementos da forma, ou seja, as diferentes escalas. Por tempo entende-se a condição de que a forma se modifica, mas pode ser estudada diacronicamente a partir dos elementos que permanecem.

Para Conzen, principal expoente da abordagem morfológica histórico-geográfica (KROPF, 2009), a investigação acerca das estruturas urbanas deve estar amparada na interpretação de aspectos bidimensionais, aspectos tridimensionais e o padrão de uso e ocupação do solo. Reconhece-se, portanto, os usos e as atividades como variáveis de análise das formas urbanas. Panerai *et al.* (2013, p. 157) acrescenta acerca do uso do “espaço concreto”:

Ainda que se manifeste por meio de fenômenos de apropriação dentro das situações concretas ou da configuração do espaços onde tem importância, o uso (e também podemos falar dos sistemas espacial-simbólicos) está vinculado a costumes ou conjuntos de

disposições que são típicos das formas de sociabilidade que dependem das peculiaridades sociais e das culturas regionais ou nacionais. O espaço, portanto, tem história.

Dentre os usos passíveis de classificação, aqueles denominados comerciais e/ou serviços vêm identificando a cidade, e sendo por estes identificada, numa relação indissociável ao longo de séculos. A atividade não residencial está relacionada à própria formação dos primeiros núcleos urbanos (FREEMAN, 2019): cidades portuárias, cidades industriais, cidades mercantis.

Uma das classificações de uso do solo mais diretamente associadas a várias áreas centrais, no contexto brasileiro, é a do comércio varejista, definido pela venda de produtos ou a comercialização de serviços em pequenas quantidade, responsável pela movimentação de deslocamentos diários de pedestres e veículos (motorizados ou não), de finanças e impostos, sendo inclusive indicador de vitalidade urbana. A atividade varejista atua ainda como polarizadora e conectora de áreas no contexto intraurbano e mesmo metropolitano. Este fator pode vir a oferecer, quando relacionados a determinada localização, comércios muito específicos e tradicionais como é o caso dos mercados municipais nos centros urbanos ou venda de pescado em bairros lindeiros aos cursos d'água.

A categoria trabalhada nesta pesquisa é a do comércio varejista e de rua caracterizado como o tipo mais tradicional desta atividade. Aquele tipo de comércio anterior às franquias, redes de supermercados e lojas de departamentos, anterior aos grandes varejistas, configurado por pequenos negócios e perfil definido pela própria economia urbana que se constituía: *O Comércio tradicional que acontece através de lojas de ruas, ao qual chamamos de comércio independente, por não pertencer a cadeias de lojas ou estar inserido em Shopping Centers, é a alma da cidade. Ele nasce com ela* (VARGAS, 2012, p. 2). A mesma autora ainda pontua:

Desde o início das civilizações, comércio e cidade têm uma relação de simbiose. Ou seja, não têm significado e definham quando separadas. Ambos são causa e efeito da mesma centralidade que pressupõe o encontro do

fluxo de pessoas, mercadorias, ideias e mensagens (VARGAS, 2012, p. 1).

Assim como se associa comércio à formação de centralidades, pode-se também associar o comércio à rua. Deste modo destaca-se ainda a importância da leitura de Rodrigues (2012) para compreender a formação e permanência no tempo das ruas comerciais. Porque e como se constituem são perguntas que ao serem respondidas podem vir a detalhar condições econômicas, históricas e geográficas locais:

O encontro das atividades comerciais com a cidade deu origem a um conjunto de espaços terciários, entre os quais a “rua comercial” – uma das importantes instituições da vida econômica urbana. Sua história se mescla com a da cidade, dos mercados, da forma urbana, dos planos urbanísticos idealizados em cada época e lugar, com o surgimento das lojas, com a introdução de tecnologias, com as transformações nos formatos de varejo, constituindo-se num objeto complexo de ser analisado (RODRIGUES, 2012, p. 17).

Quanto ao campo das Humanidades, mais especificamente das Humanidades Digitais, Guerreiro e Borbinha (2014, p. 64) caracterizam-no como um [...] *conjunto de pesquisas e experiências que visam facilitar a utilização dos recursos digitais no âmbito das ciências sociais e humanas [...], que [...]* implicam uma mudança na forma de trabalhar [...], conciliando [...] os conhecimentos e os métodos utilizados nas ciências sociais e humanas com o mundo digital.

Entendeu-se também com isso que dar um novo sentido ao objeto é um aspecto que tangencia esta pesquisa, uma vez que, os anúncios publicitários da *Revista Vida Capichaba* passaram a ter um novo significado além daquele de expor uma loja ou produto (COSTA, 2007). Estes passaram a ser entendidos como dados e uma possível chave para construir uma análise histórica e urbana:

Tanto assim que lhe é impossível ver no cachorro que olha de pé o mesmo cachorro que olha sentado, incorporando

a experiência de vida, assimilada entre um relato e outro, que lhe transforma e modifica a memória e o juízo que faz do cachorro. Encontrar uma versão que sintetize o significado deste cachorro é impossível porque o objeto deixa de sê-lo no momento mesmo em que ganha o sentido de novo objeto (COSTA, 2007, p. 21).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de pesquisa que envolve, além da formação de base teórica obtida por meio de consulta a documentos textuais, os procedimentos de recolha documental cartográfica, redesenho em *software* de geoprocessamento, classificação e análise comparativa dos elementos urbanos.

Na proposta metodológica em geografia histórica urbana e acerca do estudo de caso das cidades brasileiras (VASCONCELOS, 2009, ABREU, 2013), foram identificados protocolos a serem seguidos. Dentre outros, destaca-se a importância da interpretação do

[...] desenvolvimento espacial em cada período, tomando como referência principal a cartografia original (e a iconografia existente), mas complementada pelas informações escritas (inclusive as estatísticas), e de preferência de fontes primárias [...] (VASCONCELOS, 2009, p. 154).

Para o Professor Pedro de Almeida Vasconcelos a fonte documental, em especial a cartográfica, apesar das imprecisões e dos métodos de registro, pode ter protagonismo nas pesquisas diacrônicas uma vez que [...] *os próprios mapas são marcos definitivos de etapas das transformações espaciais da cidade, nos dando uma informação precisa (em diferentes graus) do que já existia, do que estava consolidado, e do que tinha importância em ser registrado e mapeado* [...] (2009, p. 148).

Assim, considerando como protagonista a documentação histórica, o procedimento adotado para coleta de dados perpassou três estágios. O primeiro compreendeu etapas de identificação, recolha documental,

periodização. Neste estágio foram consultados os bancos de dados digitais de instituições federais e estaduais, tais como *Biblioteca Nacional do Brasil* e o *Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*, instituições custodiadoras das revistas pesquisadas.

No segundo estágio transformou-se dados visuais (imagem de cada uma das peças publicitárias) em dados alfanuméricos. De cada propaganda foram filtrados e tabulados dados: nome do comércio, proprietário, endereço (rua, número, andar), tipo de comércio ou serviço, revista, data da publicação, mas também de categorias de atividade (vestuário, alimentício, produtos, serviços), perfis (tradicional, fixo, ambulante) e modos de comercialização (varejo, atacado). Neste momento foi tomada uma iniciativa de correlacionar endereços antigos e atuais. Entretanto, dada a mudança de toponímia das ruas e dos números ocorrida ao longo do século XX no contexto local, verificou-se esta atitude como sem efeito tendo sido, portanto, nesta etapa descartada.

No terceiro estágio, procedeu-se com o georreferenciamento histórico utilizando o *software Quantum GIS (versão 3.16.8)*. Para conexão entre dados alfanuméricos e geoespacialização foram usados dados cartográficos. Estes tiveram como referência o georreferenciamento das cartografias digitalizadas *Prespecto da Villa da Victoria e Planta da villa da Victoria: capital da capitania do Espírito Santo (1767)*, *Planogeral da cidade organizado pela Prefeitura Municipal (1917)* e do shape de lotes disponibilizado no portal da Prefeitura de Vitória. (II. 1)

Pelo exposto, os aspectos metodológicos desta pesquisa podem ser identificados com aqueles utilizados nas pesquisas morfológicas de caráter qualitativo, como as realizadas pela abordagem histórico-geográfica (KROPF, 2009).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado principal desta etapa de pesquisa foram selecionadas 2.000 propagandas, compreendendo a verificação de quarenta e cinco revistas





Il. 1: Sobreposição georreferenciada das cartografias de 1767 e de 2017 evidenciando espacialmente as relações entre atividades não-residenciais e os limites geográficos primitivos da ilha de Vitória.

Fonte: Acervo das Autoras, 2022.

digitalizadas, a partir do critério de propagandas com endereços localizados em Vitória (Il. 2). Excetuam-se, dessa forma, propagandas de produtos (sem endereços) e de comércios localizados em outros Estados. Assim, a partir das propagandas selecionadas foram filtradas as repetições, chegando-se a um total de 248 endereços com potencial de mapeamento. (Il. 3)

Cabe ainda registrar que os dados obtidos no intervalo compreendido como década de 1920 foram acrescidos, no shape do geoprocessamento, aos dados obtidos em pesquisas anteriores sobre as décadas de 1930 e de 1940. Especificamente para a década de 1920 [1926-1927] foram 137 endereços geolocalizados dos quais 63% podem ser classificados quanto ao uso comercial e 37%, a endereços de serviços.



Il. 2: Exemplos de propagandas publicadas na Revista Vida Capichaba (década de 1920).  
Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional do Brasil com montagem realizada pelas Autoras, 2022.



Il. 3: Mapeamento georreferenciado dos dados obtidos a partir de endereços em propagandas publicadas na Revista Vida Capichaba (1920-1940). Destaque na cartografia para a Rua do Comercio.  
Fonte: Acervo das Autoras, 2022.

Dentre os endereços comerciais identificados destaca-se a categoria de produtos alimentícios (27%) e os modos de comercialização via atacado e varejo (25%), varejo (35%) e atacado (2%) (Gráfico 1a e 1b). Enfatiza-se ainda a concentração comercial ao longo das, então, denominadas *Ruas Primeiro de Março, Jerônimo Monteiro e do Commercio* atentando-se para o fato de que todas estão localizadas na região da “cidade baixa” e às margens da baía de Vitória.

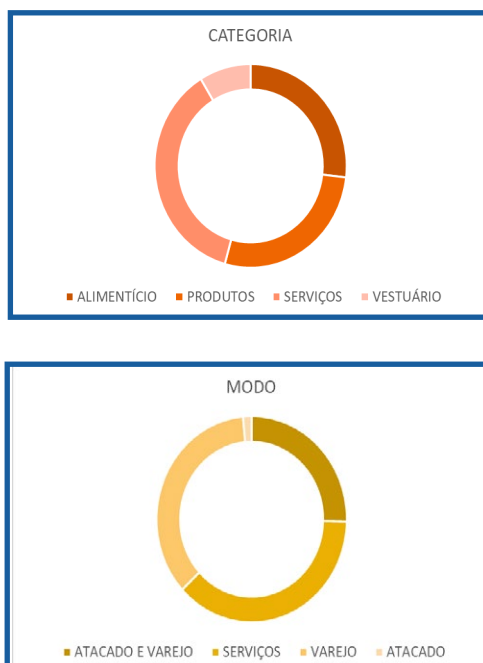


Gráfico 1a e 1b - Classificação dos endereços não residenciais, no centro de Vitória, entre 1926 e 1927 quanto a categoria e modo de comercialização  
Fonte: Acervo das Autoras, 2022.

Em razão da fonte documental pesquisada, neste momento, não foram identificados comércios do tipo ambulante ou aquele exercido por conta própria em espaços públicos. Esta classificação, de suma importância, poderá ser agregada à pesquisa futuramente bem como o comércio varejista de hortifrutigranjeiros que não aparece contemplado na referida revista.

Em relação aos serviços, quantitativamente, registra-se a ocorrência de endereços referentes às atividades de profissionais liberais tais como

advogados (8% do total geral pesquisado), alfaiates, dentistas e médicos. Indica-se ainda a existência da localização de cartórios, bancos e seguradoras, loterias e hipotecas, sindicatos. No período, segundo os dados levantados, foi localizado somente um endereço relacionado aos serviços de engenharia e construtora, esta denominada *Politti, Derenzi & Cia*, cito à Rua Jeronymo Monteiro, número 26.

A partir dos usos e endereços catalogados neste ano de pesquisa – comércio de roupas e acessórios, perfumes, brinquedos, remédios, tecidos, discos – abriu-se uma discussão sobre quais poderiam ser as ligações entre categorias de usos não residenciais, endereços e a influência da presença das estruturas portuárias em Vitória (SALGUEIRO; CACHINHO, 2006, PIMENTEL, 2018, CAMPOS, 2018).

## ESTRUTURAS PORTUÁRIAS E ENDEREÇOS COMERCIAIS

Desde o século XIX, com os investimentos feitos com o dinheiro do café e com a consolidação do porto na capital capixaba, observaram-se incremento econômico e, conseqüente, aumento de unidades comerciais: [...] *instalou-se na Capital um variado número de lojas comerciais, abriu-se espaço para o consumo de mercadorias importadas e incrementou-se o sistema de navegação* (CAMPOS; SILVESTRE, 2018, p. 132). Além da diversidade de produtos comercializados, o referido acúmulo de capital provocou ações de embelezamento no nível urbano e do edificado, e expansão territorial quer nos limites do próprio bairro centro (por meio de aterros) quer nas adjacências (por meio da construção e/ou persistência de estradas e vias):

Multiplicaram-se as casas comerciais (inclusive estrangeiras) e armazéns, demandando melhorias no espaço urbano da capital. A cidade, até então restrita à colina de ocupação original, iniciou seu movimento de expansão em direção à parte baixa, junto ao canal da Baía de Vitória, promovendo sucessivos aterros para compensar a estreita faixa de terra disponível entre o maciço central e a linha de água da baía. (Pimentel, 2018, s.p).

Segundo relatórios e mensagens de governantes e presidentes de Estado, na década de 1910, foram importados 40% de tecidos, 30% de bebidas e 20% de gêneros alimentícios. Foi também no início dos anos 1910 que a Companhia do Porto de Vitória iniciou as obras de construção do Porto de Vitória, interrompida diversas vezes, e concluída com a construção dos galpões do Porto na década de 1940. Apesar da referência a construção do porto enquanto estrutura unificada e capaz de receber navios de montra, a orla da cidade era composta por diversas estruturas de cais e trapiches desde os tempos coloniais:

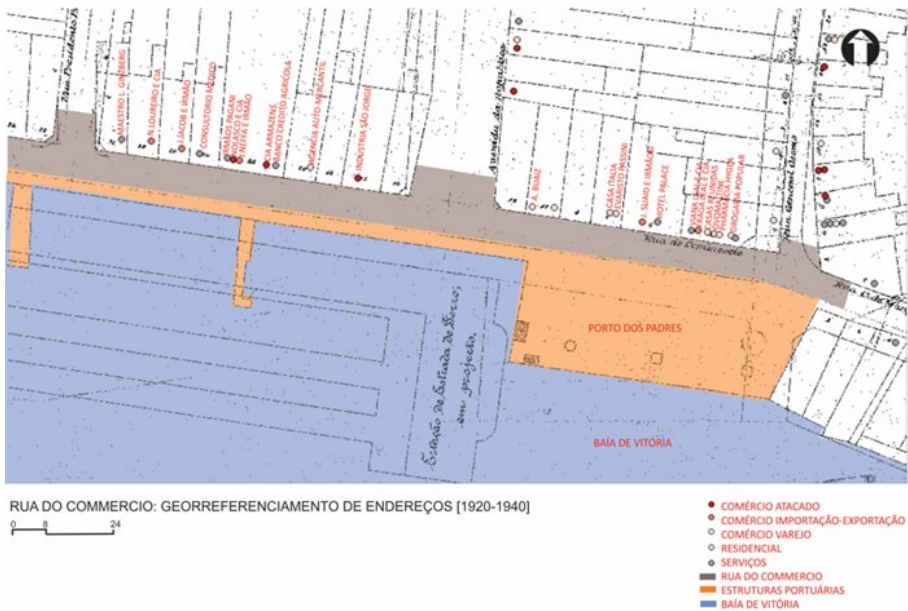
O governo de Bernardino de Sousa Monteiro foi de maio de 1916 a maio de 1920. Nesse período, as obras no Porto de Vitória ficaram totalmente paralisadas. Ainda assim, no ano de 1916 a movimentação de mercadorias foi de 797 embarcações, sendo o café o produto de destaque, seguido dos cereais e da madeira (RM, Viação e Obras Públicas de 1916, p. 300). Isso demonstra, de certa maneira, que a movimentação comercial acontecia independente do aparelhamento e modernização do cais. Ou seja, esses antigos atracadouros que remontavam ao período colonial ainda atendiam a cidade, pelo menos às embarcações nacionais (MORAIS, 2014, p. 91).

No banco de dados formulado a partir dos endereços não residenciais, há referências aos serviços de transporte, de passageiros ou de cargas, por via terrestre, marítima e aérea com, por exemplo, anúncio de venda desde passagens de navios e “excursões de luxo”. É apresentado com frequência a atividade de “importação e exportação” de produtos, associados à endereços, como é o caso do café e “seccos e molhados”. Foram identificadas, ainda, referências diretas entre comércios e prática de encomendas de produtos via caixa postal, distinguindo-se as indicações “produtos importados” e “chegando de navio”, etc.

Dentre outros endereços não residenciais, conforme já citado, pode-se destacar a localização da Rua do Commercio cujo início se dava na Rua General Osório perfazendo cerca de 400 metros de extensão (Ils. 4 e 5). Este



Il. 4: Rua do Comercio, Vitória, cartão postal, autoria de Eutychio d'Olivier.  
Fonte: IPHAN-ES, 1908.



Il. 5: Rua do Comercio: cartografia georreferenciada e localização de endereços não residenciais às margens da baía de Vitória 1920-1940.  
Fonte: Acervo das Autoras, 2022.

logradouro, desde a década de 1969 denominado Avenida Florentino Avidos, possuía à época somente um dos lados edificado, sendo o outro constituído por uma espécie de orla a qual estavam conectados trapiches e pontões (ELTON, 1999).

Nesta mesma via, à oeste e em direção ao bairro Vila Rubim, situavam-se o Cais Schmidt (anteriormente denominado Cais dos Queimados em alusão aos povos escravizados) e o “Porto dos Padres” que, segundo Elton (1999, p. 55), possuíam intenso movimento marítimo devido ao comércio do café:

O movimento marítimo, intenso no Porto dos Padres, isto em decorrência do comércio que lhe ficava de frente, propiciou a abertura de muitos botequins à beira mar, os chamados quiosques. Nesses originais botequins, hexagonais ou redondos, de madeira, cobertos de zinco e pintados a óleo, tornava-se cachaça pura ou com xarope, bebia-se café requentado, caldo de cana, comia-se lingüiça e manjuba frita, batata doce assada, bolos mata-fome, rapadura, bijus, bananas, coisas trazidas do Porto do Cachoeiro, de Cariacica, da Serra e das fazendas de Itaquiri.

A condição de localização da Rua do Commercio em frente às estruturas portuárias e, portanto, à baía de Vitória, no período pesquisado, reflete-se ainda nas casas comerciais com perfil associativo (empresarial) dado pela abreviação “& Cia” e industriais das quais pode-se citar nominalmente: Indústria São Jorge, Refinação Cearense, E. Bastos & Cia (alimentício), Vianna Leal & Cia (roupas e calçados), A. Buaiz & Cia, José Neffa & Irmão, Nascimento Loureiro & Cia, Irmãos Pagani, Linhas Nytha (transporte), Nolasco & Cia, Cia Armazéns Geraes, Fraga Leal & Cia, A. Prado & Cia, Armando Pinto & Cia, Jorge Suaid & Irmãos, Nunes Miranda & Cia, etc. Além destas há indicações de farmácias (Pharmacia Hygea, Drogaria Popular), agências bancárias (Banco Crédito Agrícola, Agência auto-mercantil), hotel (Hotel Palace), e comércios diversos (Casas Reunidas, Casa Itália, Casa Manchester).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se na pesquisa como uma ação de montagem das peças de um quebra cabeças, não pela simples admiração de visualizar o trabalho completo e pronto, mas pelas descobertas ao longo da feitura dos mapas, da identificação de apagamentos, curiosidades, novas reflexões. Deriva desta ação a importância de documentar as etapas intermediárias dos processos morfológicos – sejam de adição, sobreposição ou substituição – que incidiram sobre a constituição das formas urbanas, inclusive dos usos.

Em relação ao procedimento metodológico adotado pode-se afirmar que o maior desafio foi identificar correlações entre forma/toponímia do início do século XX e da atualidade. Assim, alguns fatores permitiram realizar o protocolo adotado dos quais destaca-se: a identificação dos endereços equivalentes ao período de vigência da revista na cartografia de 1917 e o processo de georreferenciamento da cartografia histórica. Sem este procedimento digital não teria sido possível vincular formas e usos. Desta maneira, pretende-se dar continuidade ao desenvolvimento e aprimoramento de operações metodológicas de recolha de dados, geoespacialização e redesenho, sanando as limitações em relação ao uso da ferramenta de geoprocessamento para fins de pesquisa histórica.

Apontam-se possíveis continuidades da vigente pesquisa em, pelo menos, dois sentidos. Primeiro no propósito de fazer da formação do banco de dados um procedimento de pesquisa contínuo à médio prazo (tal fato é imprescindível na pesquisas futuras e contribuição acadêmica da Universidade Federal). Para tanto é necessário consultar os demais números da Revista *Vida Capichaba* mas também outros catálogos de endereços abarcando comércios/serviços que não foram divulgados por meio peças publicitárias. O segundo sentido é o de problematizar a ação de remontar o passado ao identificar os encaixes, mas também as fendas uma vez que há ruas comerciais de grande concentração de endereços que desapareceram ao longo do século XX, dentre outras observações.



Registra-se, ao fim, a importância da continuidade das pesquisas em tempos de crise objetivando, principalmente, a formação continuada de jovens pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. *Evolução urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, Rio de Janeiro, 2013.
- CAMPOS, M. M.; SILVESTRE, H. Dinâmica econômica portuária na Grande Vitória (ES): notas sobre impactos no território *In: VI Colóquio internacional sobre comércio e cidade: uma relação de origem, Anais...* Porto Alegre, 2018. (p. 242-262).
- CAMPOS, M. M. Infraestrutura dos portos: herança cultural da cidade *In: Arqutextos* nº 18, 2018. 214.04.
- CONZEN, M. R. G. *Alnwick, Northumberland: a study in town plan analysis*. London: Instituto Britânico de Geografia, 1960.
- ELTON, E.. *Logradouros antigos de Vitória*. Vitória: Secretaria de Cultura, 1999.
- Freeman, J. B.. *Mastodontes: a história da fábrica e a construção do mundo moderno*. São Paulo: Todavia, 2019.
- GUERREIRO, D. M.; Borbinha, J. L. Humanidades digitais: novos desafios e oportunidades. *In: Cadernos BAD*, 1, 2014. (p. 63-78).
- MORAIS, L. S. de. *Porto de Vitória: armazéns do século XX patrimônio industrial e memória do trabalho*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.
- MOUDON, A. V. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field *In: Urban Morphology*, 1, 1997. (p. 3-10).
- MUNFORD, L. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PANERAI, P. et al. *Formas urbanas: a dissolução da quadra*. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- PIMENTEL, V. L. *O teatro da modernidade: o protagonismo da avenida Capixaba em Vitória/ ES* *In: Arqutextos* nº 19, 2018. 221.04.
- RODRIGUES, E. R. R. *Shopping a céu aberto no Brasil: transformações, estratégias e perspectivas da rua comercial na sociedade de consumo contemporânea*, Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SALGUEIRO, T. B.; CACHINHO, H.. As relações cidade-comércio dinâmicas de evolução e modelos interpretativos *In: Apontamentos de Geografia* nº 20, 2006. (p. 1-26).
- VARGAS, H. C. Comércio e cidade: uma relação de origem *In: WORCMAN, K., Oliveira, C. L. (Org.). Memórias do comércio paulista: guia do acervo*. São Paulo: SESC SP, Museu da Pessoa, 2012. (p. 74-80).
- VASCONCELOS, P. A.. Questões metodológicas na geografia urbana histórica *In: GeoTextos* 5, 2, 2009. (p. 147-157).
- VASCONCELOS, F. N. *O desenvolvimento da interface cidade-porto em Vitória (ES) do período colonial ao início do século XXI: uma cidade portuária?* Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal do Espírito Santo e ao Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), Edital 2021-2022, com apoio à bolsista Rubia Dalvi Ataíde (Graduanda em Arquitetura e Urbanismo – Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFES).